

A Imprensa e a Questão Militar no final do Império¹

Renato Jorge Paranhos Restier Junior*

As tensões entre o Estado e uma parcela de militares – fruto de uma série de descontentamentos como baixos soldos, falta de aparelhamento bélico e lentas promoções após a Guerra do Paraguai – geraram o que a historiografia militar e política chama de *Questão Militar*. Esta mesma elucida, ao analisar a *Questão Militar*, dois agentes em conflito: o Governo e os militares envolvidos. A proposta deste artigo é justamente chamar atenção para um terceiro agente neste episódio da década de 1880 no Brasil Império.² Este terceiro agente foi uma parcela da Imprensa que interferiu em favor dos militares, o que foi fundamental para inflamar as tensões entre os mesmos e o Estado.

Selecionamos em nossa pesquisa jornais em que os redatores estiveram próximos aos líderes militares, que foi o caso de Quintino Bocaiúva, do jornal *O Paiz*, e Julio de Castilhos, de *A Federação*. No caso do *Diário de Notícias*, a aproximação foi posterior, Rui Barbosa foi o primeiro Ministro da Fazenda no governo de Deodoro. Utilizamos também *A Gazeta de Notícias*, que também teve bastante envolvimento nos incidentes dos militares com o Governo, e *A Democracia*, que se caracterizava por sua linguagem mais

radical em relação aos outros jornais ao atacar a Monarquia.

Os redatores, em sua maioria republicanos – contudo, se faz necessária uma observação porque alguns jornais, como *O Paiz*, não se autodeclaravam republicanos, outro exemplo é o da *Gazeta de Notícias*, que apoiou os militares contra o Governo e acabou por simpatizar com o gabinete Ouro Preto³ –, perceberam nos militares o mecanismo para a derrubada da Monarquia. Sabemos que os republicanos não tinham uma estrutura suficientemente organizada para que sozinhos promovessem de imediato a alteração do regime. Assim, na análise do professor Lacombe:

“(…) os republicanos, tendo à frente, no Rio de Janeiro, Quintino Bocaiúva, estavam convencidos de que, sem a ação do Exército, seria impossível mudar o regime”.⁴

A imprensa republicana, de tendência republicana ou, ao menos, contra a Monarquia, esteve em todo o momento se colocando como “porta-voz” e “defensora” das reformas e reivindicações dos militares. Segundo Emília Viotti, Campos Salles “achava que os republicanos deveriam aproveitar a questão militar”,⁵ o que foi

* O autor é Bacharel em História e pós-graduando em História Militar Brasileira (UNIRIO/EB-DEP/IGHMB).

¹ Colaboração do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB.

² Este corte temporal em concordância com a tendência historiográfica que aponta a *Questão Militar* um fenômeno protagonizado por Senna Madureira e Cunha Matos entre 1886 e 1887, ou seja, Celso Castro, em *Os Militares e a República*, Nelson Werneck Sodré, em *História Militar do Brasil*, João Batista Magalhães, em *Evolução Militar do Brasil*, entre outros.

³ Evaristo de Moraes, *Da Monarquia para a República*, p. 15-21.

⁴ Américo Jacobina Lacombe, *O Exército e a República (A Questão Militar)* in Anais do Congresso Nacional de História da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República no Brasil, p. 190

⁵ Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República*, p. 354.

decisivo na queda da Monarquia por um movimento articulado entre os oficiais e os republicanos civis. Na visão de Lincoln Penna, Quintino Bocaiúva procurava “indispor os militares com o Governo”.⁶ Oliveira Vianna assim define:

“Para esta excitação tão grande dos elementos militares contribuiu a própria psicologia dos cidadãos fardados, que, como vimos, é essencialmente deflagrante; mas também concorreu, não menos poderosamente, a ação excitadora dos políticos civis”.⁷

O jornal *O Paiz*, órgão dirigido na época por Quintino Bocaiúva, publicou um artigo referente à atitude dos oficiais da Armada na constituição de uma associação com o objetivo de instituírem entre si um montepio para cuidar das pensões de suas famílias após o falecimento de um oficial. O artigo dizia o seguinte:

“Aplaudimos essa resolução, porque ella consulta a dignidade e os interesses da briosa classe.

O governo desconta, como se sabe, um dia de soldo a todos os officiaes e praças da armada, para fim de satisfazer o meio soldo a que tem direito os seus herdeiros.

(...) mas quando ocorre o falecimento de algum official são taes e tão morosos os tramites legaes a preencher, que as pobres viuvras e herdeiros são forçados a despezas e diligencias penosas, vindo sómente a receber o que lhes pertence mezes depois do fallecimento.

Por este lado já se vê que a acção do Estado, longe de ser tutelar, é, pela sua morosidade e complicada intervenção, bem pouco garantidora da sorte das familias privadas de seus chefes”.⁸

No final, o artigo amplia este caso específico dos militares para uma dimensão maior. É um

procedimento que caracteriza a forma desses jornais de abordarem as questões militares, alardeando ao máximo os fatos e tentando criar um estado de tensão entre Estado e Exército. Assim, segue o artigo:

“Esta questão, como se vê, interessa particularmente à corporação da armada; mas ella tem um alcance mais vasto e deve ser considerada como uma questão de ordem social”.⁹

No dia 9 de outubro de 1886, surgiu uma crítica ferenha ao discurso proferido pelo Deputado Candido de Oliveira na Câmara dos Deputados contra os militares que foi reproduzido no *Diário de Notícias*. O jornal de Quintino Bocaiúva soube perfeitamente construir um texto que fizesse alarde ao fato apontando, em sua visão, a crescente falta de respeito que tais políticos estariam cometendo contra a honra dos militares.

“É preciso que aquelles que julgam que as immunidades parlamentares autorizam a insultar percam esta esperanza; é necessario que se convençam de que a tribuna da camara não é o reducto da covardia; em que se devem fortificar aquelles que não têm a coragem precisa para externar cá fóra aquillo que pensam(...)

Hontem era o Sr. Simplício de Rezende que, nos extravasamentos de sua paixão partidaria, dava-nos o exemplo do mais extremo descommedimento de linguagem, insultando em sua honra a um coronel; hoje apparece-nos na tribuna o Sr. Candido de Oliveira; affrontando o character de um general e a dignidade da officialidade de um corpo; o que será amanhã?”¹⁰

Identificamos o uso deliberado das palavras *honra*, *dignidade* e *caráter* e, principalmente, a pergunta incitante que o jornal faz no final deste trecho. Conclui, então, chamando atenção para os objetivos dos políticos com “a classe militar onde certos políticos desabusados querem reduzir, transformando-a em grupos de caudilhos políticos ou cabos eleitorais”.¹¹

No dia 17 de fevereiro de 1887, os jornais anunciaram a renúncia do Ministro Alfredo

⁶ Lincoln de Abreu Penna, *Republica Brasileira*, p. 50

⁷ Oliveira Viana, *O Ocaso do Império*, p. 151.

⁸ *O Paiz*, 19 de julho de 1885. Biblioteca Nacional

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Idem*, 9 de outubro de 1886, Biblioteca Nacional.

¹¹ *Ibidem*.

Chaves. *O Paiz*, com o objetivo de não deixar cessar os conflitos dos militares com o Governo, assim expôs sua posição no dia 21 de março do mesmo ano:

“Foi uma victoria, não ha de negar, alcançada pela classe militar sobre o gabinete do Sr. barão de Cotegipe; mas victoria esterelizada, como a de 24 de Maio no Tuyuty, pela inercia subsequente dos vencedores”.¹²

Ainda o mesmo jornal, em 7 de abril de 1887, reproduziu na coluna *Secção Livre* intitulada *Questão Militar* a moção dos oficiais de São Gabriel em homenagem e apoio a Deodoro pela postura que manteve no caso de Senna Madureira, publicada no jornal *A Federação* no Rio Grande do Sul. Já em 7 de outubro de 1886, o jornal publicava o seguinte artigo sobre a *Questão Militar*:

“Enquanto os militares são instrumentos políticos e agentes eleitorais, eles merecem promoções, honrarias e comandos, mas quando demonstram possuir brios, sentimento cívico e zelo por suas prerrogativas constitucionais, eles passam a ser simples subordinados e rebeldes”.¹³

Sobre um relatório da Marinha entregue à Câmara dos Deputados solicitando melhorias, o *Diário de Notícias*, órgão onde trabalhava Rui Barbosa, que se tornou republicano nos últimos momentos da Monarquia, mas sempre convicto de suas idéias federalistas, publicou um artigo em apoio ao projeto de melhorias, criticando o Governo:

“As incorrecções e contradicções, e mesmo, peza-nos dizer, erros, pouco amor á verdade e com que foi organizado essa peça monstruosa, obrigam-nos a sahir do silencio e obscuridade que sempre nos imposemos, desde

que cessaram as missivas do “Cabo João”, publicadas no antigo Globo, e avirmos outra vez, em um jornal impresso na mesma machina, pugnar pelo progresso e credito da marinha nacional(...)”.¹⁴

Em 1885, o Ministro da Guerra Antônio Eleutério de Camargo¹⁵ solicitou à Câmara a transferência da sede do 3º Batalhão de Artilharia do Amazonas para Pernambuco. A região não oferecia condições para o exercício e instrução do batalhão que perdia suas funções originais, funcionando como infantaria e policiamento. Segundo o artigo do jornal, havia apenas seis canhões deteriorados em Tabatinga e não havia uma fortificação em Manaus que possibilitasse o exercício de abater. A solicitação não passou, e o *Diário de Notícias* atacou novamente o Governo em nome dos militares:

“Lembrou a commissão a necessidade de promover o Governo os meios de melhorar o passadio da força estacionada no Amazonas (...) Entretanto, que providencias tomou o Sr. Candido de Oliveira para melhorar a sorte dos nossos bravos militares estacionados no Amazonas? Nenhuma, que nos conste, porque estas cousas eram muito somenas para a elevada attenção de S. Ex”.¹⁶

O jornal *A Federação*, mais radical que os anteriores citados, publicou fortes críticas ao Governo no caso de Senna Madureira. Quando o tenente-coronel foi demitido da Escola de Tiro de Campo Grande, em 1884, em virtude do ocorrido com ex-Ministro da Guerra Franco de Sá, foi nomeado comandante da Escola de Tiro do Rio Pardo na Província do Rio Grande do Sul no ano seguinte. Com isso, entrou em contato com os republicanos que lá já se encontravam.

¹² *O Paiz*, 21 de março de 1887, Biblioteca Nacional.

¹³ Idem, 7 de outubro de 1886 in John Schulz, op. cit., p. 102.

¹⁴ *Diário de Notícias*, 22 de junho de 1885, Biblioteca Nacional.

¹⁵ Sobre a ordem dos ministros no Império, ver *O Exército na História do Brasil*, p. 21 e 22.

¹⁶ *Diário de Notícias*, 30 de junho de 1885, Biblioteca Nacional.

Foi por este mesmo jornal que Senna Madureira publicou artigos em retaliação às acusações que lhes foram feitas pelo ex-ministro. Sobre a punição de Senna Madureira, respondeu assim o jornal:

“Para demitir o ALTIVO MILITAR o governo empregou o mesmo processo de que fez uso para retirar do commando das armas o general Deodoro: a clandestinidade e a surpresa.

Demitindo o tenente-coronel Madureira, resta saber que destino foi ou vai ser dado à petição em que elle requereu conselho de guerra.

O governo prepara talvez uma última de mão inspirada pela perfidia á covardia, mas ilude si pensa abater pela intimidação a altivez do bravo militar, a quem a intrepidez de seu character e os dictames da consciencia collocam n'esta alternativa.

Ou ha de ser julgado e condemnado por seus pares em conselho de guerra por ter sido altivo diante do arbitrio, ou ha de ver suprimida da sua eloquente fê de officio a nota com que um ministro mediocre tentou humilha-lo”.¹⁷

Mais ofensivo ainda foi o artigo publicado no dia 1º de outubro de 1886, relatando a reunião militar do dia 30 de setembro, em que compareceram, segundo o jornal, um grande número de oficiais-generais, superiores e subalternos entre outros e decidiram entregar assinaturas delegando a Senna Madureira a função de advogar pelos militares:

“Foi resolvida uma eloquente manifestação de alto apreço ao tenente-coronel Senna Madureira, pela sua attitude digna e altiva diante da prepotencia de um ministro energúmeno”.¹⁸

Com uma linguagem ainda mais áspera, o jornal *A Democracia*, publicado inicialmente três

vezes por mês, expôs sua visão sobre a *Questão Militar* em 21 de maio de 1887:

“(…) Os partidos monarchicos só querem exercito permanente para instrumento cego de seu despotismo. Não comprehendem no soldado sentimentos elevados; nem honra, nem dignidade, nem brio.

(…) Para os taes politicos, o soldado não é depositário da confiança da nação, mas a escaradeira onde o governo e seus lacaios cospem do alto quanta injuria e impureza secretam.

Veremos se o exercito consente o que elles querem: um réptil que pode ser esmagado com o tacão da bota de qualquer ministro.

Saberemos então se isto aqui é um povo ou apenas uma agglomeração de cadaveres putrefactos”.¹⁹

É prática comum também neste periódico a utilização dos “clichês” que atingem diretamente os militares: *dignidade, brio, honra*. Porém, este periódico foi mais direto na incitação quando afirmou aguardar uma attitude dos militares em relação ao Governo. Mais tarde, no dia 21 de novembro do mesmo ano, o jornal publicou uma nota homenageando a decisão do Clube Militar de se posicionar contra a utilização de soldados na captura de escravos fugitivos. O jornal afirmou que o Governo estaria desviando o Exército de sua “nobre missão” para os submeter a agir como “capitães-do-mato”.²⁰ Sobre o trancamento das notas de repreensão aos militares que se pronunciaram pela imprensa, *A Democracia* aproveitou mais uma vez para atacar o Governo, desejando que “a lição lhe aproveite e lhe dê vergonha, é quanto desejamos”.²¹

A aproximação entre os republicanos e os militares é fator importante para a compreensão do aprofundamento da *Questão Militar*. Posicionando-se como “porta-voz” dos militares, este setor da imprensa supracitado acirrou os conflitos entre os mesmos e o Governo, constituindo um forte elemento para a queda da

¹⁷ *A Federação*, 4 de janeiro de 1887, Biblioteca Nacional.

¹⁸ *Idem*, 1º de outubro de 1886, Biblioteca Nacional.

¹⁹ *A Democracia*, 21 de maio de 1887, Biblioteca Nacional.

²⁰ *Idem*, 21 de novembro de 1887, Biblioteca Nacional.

²¹ *Idem*, 1º de junho de 1887, Biblioteca Nacional.

Monarquia. Souberam explorar as antipatias que surgiram após a Guerra do Paraguai e formaram uma importante aliança para a proclamação de um regime republicano.

Concluimos que a Imprensa que se opunha ao Governo percebeu a oportunidade e in-

flamou os conflitos entre os militares e o Estado. Esses conflitos ganharam proporções cada vez maiores, resultando no que se chamou de “Questão Militar”, que foi maciçamente explorada por essa mesma Imprensa em defesa dos militares objetivando derrubar o Governo. ●

Referências bibliográficas

- CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre a cultura e a ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República*. São Paulo: UNESP, 1999.
- LACOMBE, Américo Jacobina. *O Exército e a República (A Questão Militar)*. Anais do Congresso Nacional de História da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República no Brasil, 8 a 10 de novembro de 1989. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 3ª v., 1989.
- MAGALHÃES, João Batista. *Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- MORAES, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870–1889)*. Rio de Janeiro: Athena, S/D.
- O EXÉRCITO NA HISTÓRIA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850–1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- VIANA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



A Guerra do Iraque

John Keegan

Após a Guerra do Iraque, surgiram duas dúvidas, as quais o autor, historiador de renome, procura responder. A primeira é por que a fase militar foi tão rápida. E, a segunda, é como se venceu a estrutura militar de Saddam Hussein com tanta facilidade, uma vez que as forças militares iraquianas já combatiam há décadas em guerras contra o Irã e, posteriormente, contra a coalizão liderada pelos EUA, na Guerra do Golfo. Acrescente-se, ainda, o emprego de tropa do Exército iraquiano em conflitos internos contra as minorias curdas.